

**NOS INÓSPITOS RINCÕES PAULISTAS, SOBRE A METRALHA INIMIGA:
O 25º BATALHÃO DE CAÇADORES NO EXÉRCITO DO LESTE DURANTE A
GUERRA CIVIL DE 1932.**

Wanderson Ramonn Pimentel Dantas

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil ligado a Universidade
Federal do Piauí – PPGHB-UFPI.
E-mail: wandersonrpd@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa engendrar pesquisa a respeito do envio de tropas do 25º Batalhão de Caçadores para São Paulo durante a guerra civil de 1932 na tropa legalista. Deste modo, lidamos com questões relacionadas primeiramente aos usos políticos do passado, como também problematizar a ausência dos piauienses na história do conflito. Num segundo momento o trabalho almeja responder sobre os motivos para envio da tropa piauiense quando o clima de ebulição política estava presente em todo Brasil. Por fim, falaremos a respeito da composição da tropa e algumas partes da campanha no Vale do Paraíba. Os autores utilizados na análise são Enzo Traverso, a respeito do usos do passado; Pierre Nora sobre a tirania da memória, José Murilo de Carvalho sobre o Exército na primeira década de 1930 entre outros autores.

Palavras-chave: Piauí. Guerra Civil de 1932. 25º Batalhão de Caçadores

A GUERRA CIVIL DE 1932: MEMÓRIA E HISTÓRIA

A Guerra Civil de 1932 está entre os acontecimentos mais controversos da história do Brasil. Em torno deste acontecimento, construiu-se duas memórias, que até bem recentemente, encontram-se calcificadas: 1) a causa paulista de 1932 como uma luta contra a Ditadura varguista, 2) as consequentes construções de memórias que cimentem a identidade do movimento.

A primeira questão remonta principalmente ao conceito de revolução, como é definido por Maria Helena Capelato (1981 p. 82-83), no qual os revoltosos paulistas propõem uma nova leitura do conceito deste acontecimento: 1932 rompe com o passado, principalmente com as forças retrógradas da revolução de 30, cuja Ditadura não rompe com as políticas que combateu. O segundo momento, se dá pela construção da memória a respeito do movimento de 1932. Como vai apontar Roney Cytrynowicz (ano, p.), quando tece uma comparação entre a memória da FEB e a do 9 de julho de 1932,

chega a conclusão, a mobilização para a uma guerra que marcou a memória de muitos paulistas por ter se dado no Estado de São Paulo, marcou mais profundamente pela recordação que deixou.

Afinal, recordação configura para nós o conceito chave para explicar estes processos e adentrar ao cerne do nosso problema. O processo de democratização da história, apontado por Pierre Nora (2009), aparece num ambiente no qual há uma grande ebulição da memórias, cuja tirania da memória busca constantemente pela construção histórica por meio destes rastros. Tais reminiscências então tem propriedades comemorativas e reivindicadas contra à “História Oficial” escrita à partir da memória dos vencedores, ou seja, dos militares e dirigentes civis do Exército legalista. A comemoração, portanto, e a consolidação da guerra civil de 1932 como *memória paulista* tem: questões implicadas em demarcar a identidade paulista sob aspecto comemorativo.

Aqui, entramos em outra questão importante, sobre os usos do passado. A memória e a história encontram-se localizadas num embatem em que a memória constantemente revisita a histórica – não confundamos com o revisionismo tacanho, mas com o próprio vetor da aceleração da história em relação às prerrogativas do presente. Desse modo, Enzo Traverso nos adverte: por mais que a história possui falhas como a memória da mesma forma que a memória, há questões que são ressaltadas e outras esquecidas (2012, p. 36). Assim, nesse binômio lembrança-esquecimento está presente nas experiências das tropas de outros estados estão imersos nessa relação entre da recordação e esquecimento. Tropas como os piauienses do 25º Batalhão de Caçadores e as guarnições da Força Policial – cujo cerne não será contemplado por este trabalho.

Desse modo, o que há escrito sobre o envio das tropas piauienses para São Paulo? Encontramos somente breves referências, como o estudo realizado pro Francisco Alcides do Nascimento (1994), em que aborda os acontecimentos políticos acerca da Revolução de 1930 no Piauí. Nossa pesquisa contempla alguns *Boletins internos do 25º Batalhão de Caçadores* (1932), cujas informações nas suas páginas contém importantes informações sobre disposição da tropa, condições de combatividade e ações militares. À partir desta documentação, começaremos nossa exposição.

O EXÉRCITO DO LESTE NA GUERRA CIVIL PAULISTA

Após o 9 de julho de 1932, as ações militares paulistas tomaram fôlego expansivo até as fronteiras com o Rio de Janeiro. Insuflados pela Frente Única Paulista levaram cada homem munido de fuzil pelo vale do Paraíba, no intuito depor o Governo Provisório. As ações militares pretendiam confluir numa ofensiva rápida. O coronel Euclides Figueiredo e a 2ª Divisão de Infantaria em Operação avançaram até próximo de Resende pela Estrada de Ferro Central do Brasil, até estacionarem. Conseqüentemente, mantiveram posição defensiva e atenta.

Mas, porque não continuaram? A questão gritante dos recursos exigiu a parada, pois a situação progressivamente adquiria contornos críticos. Os paulistas careciam de material bélico, mesmo que o grande apelo para os voluntários, seja para o combate, como para o *front* interno, os apoios prometidos durante nas negociações não chegaram. Logo ao início da campanha, o general Bertoldo Klinger se indispôs com o general Espírito Santo Cardoso, por sua nomeação ao Ministério da Guerra, e acabou por ser exonerado do cargo no Mato Grosso. Minas Gerais continuou com Vargas, por mais que Artur Bernardes fosse adepto da causa, e forçasse uma participação mais decisiva por parte dos mineiros. O Rio Grande do Sul, sob comando do general Flores da Cunha chegou a ser “enamorado”, contudo, a força dos acontecimentos reiterou seu apoio ao Governo Provisório (HILTON, 1982, p. 52-75; PONTES, 2004, p.16). Desse modo, o quadro logrou efeitos dramáticos: São Paulo estivera sozinha no páreo.

Para fins mais específicos, nos deteremos somente aos Exércitos do Leste, cuja tropa destinar-se-iam os piauienses. A Grande Unidade ficou a cargo de comando do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, cujas ordens direcionavam para a movimentação ao longo da Estrada de Ferro da Central do Brasil. O teatro de operações do Exército do Leste foi composto pelo 1º. BC, o 2º. e o 3º. RI, o 1º. Regimento de Cavalaria Divisionária, o 2º. Regimento de Artilharia Montada, o 1º. Grupo de Artilharia Montada e o 1º. Batalhão de Engenharia. No dispositivo do Exército do Leste, eram comuns subdivisões da tropa em destacamentos no intuito de desonerar o comandante da unidade e propor avanços mais rápidos. Os oficiais com patente entre

major e coronel foram responsáveis pelos destacamentos, como por exemplo, o então coronel Manuel de Cerqueira Daltro Filho cuja documentação consultada nomeará a tropa de Destacamento Daltro Filho. Sua intensa atividade no Vale da Paraíba gerou consequentemente elevadas baixas durante toda a campanha (DALTRO FILHO *apud*. LUZ, 2010)

As primeiras movimentações da tropa pelo vale aconteceram morosamente. O ímpeto contraofensivo esbarrou na complexidade da topografia íngreme e acidentada do terreno. Além do mais, as movimentações evidenciaram que não houve dificuldades unilaterais, porque o outro encontrava-se em semelhante condição de penúria. Além das dificuldades de todo vulto, havia uma “guerra” narcisista entre os comandantes somadas às competições prejudicaram a campanha. Afinal, durante este período, as Forças Armadas encetaram o processo modernização em longo prazo, que foi acelerado justamente pela guerra de 1932. Segundo José Murilo de Carvalho, a guerra civil de 1932 conferiu tons dramáticos às necessidades de pessoal e material que existiam no Exército (CARVALHO, 2006).

Cada avanço, cada passada tornou-se um óbice a ser transposto. Logo após o estabelecimento na cidade de Resende no dia 18 de julho progrediram para Itatiaia e, logo após, para a Fazenda Villa Forte. José Alfredo Vidigal Pontes narra à chegada a esta localidade:

[...] o regimento fez uma primeira tentativa de reconhecimento da estação localizada defronte à histórica Fazenda Villaforte, grande produtora de café do vale do Paraíba fluminense no século XIX. Ao se aproximarem, foram rechaçados pela artilharia rebelde. Mas, em nova investida dois dias depois, a estação e o entroncamento rodoviário para o sul de Minas caíram na mão das tropas de Daltro Filho, fazendo os constitucionalistas recuarem doze quilômetros em direção a Queluz, cidade situada às margens do rio Paraíba, já em território estadual paulista (2004, p. 148).

O planejamento do general Góis Monteiro almejava investidas rápidas. Dada a sua aplicação dos métodos franceses de combate, ele havia percebido que momentaneamente exigia desalojar os paulistas de suas posições. Tão embebido da Missão Militar Francesa, chegou a deduzir comparações com a Alemanha e o Império Austro-Húngaro durante a Grande Guerra em decorrência da ação dos ententistas durante 1917-18 (PONTES, 2004). A realidade das condições do *front* desaceleravam as

ofensivas planejadas. A morosidade irritava-o ao ponto do qual a pressão era distribuída aos seus subordinados pela cadeia hierárquica terminava nos comandantes de subunidades, cujas discussões carregavam-se de grande energia.

Desse modo, resta-nos saber: a que preço os avanços sucederam-se? Cada investida representou sério incômodo aos comandos de pelotão do *front* Leste. Outra dificuldade somada às inúmeras devido à sobrecarga com a dimensão da frente administrada. Segundo Frank D. McCann, os combates destrinchavam-se numa área de cerca de 40 quilômetros. A estrada de mão dupla com várias ramificações em péssimo estado de conservação com predomínio do cascalho e poeira estava localizada em terreno montanhoso. A condição irregular também das beiras de estrada formavam valas utilizadas como trincheiras. Essas posições escondidas emboscavam os atacantes seja pelo fogo das metralhadoras, seja pelos projeteis da artilharia (MCCANN, 2007). Por outro lado, completa Stanley Hilton, quando afirma que ao longo do Vale e dos seus afluentes, haviam verdadeiros corredores estreitos para progressão, quase sempre flanqueados por morros e algumas depressões no terreno. Condições perfeitas para estabelecimento defensivo, em contraponto a quem atacava (HILTON, 1982, p. 129.).

Críticas e apelos foram desferidas pelos comandantes como “balas de metralhadora”, afinal faltavam homens e armas. No início de agosto, o governo abriu período ao voluntariado no Exército recorrendo ao exterior para conseguir armamentos e munições porque mesmo que a fábrica de piquete produzisse, ainda era em baixa quantidade e qualidade. Os Franceses foram à primeira oportunidade para compra deste material ao aproveitar a estadia da Missão Militar Francesa no Brasil (MCCANN, 2007; HILTON, 1982)

PORQUE ENVIAR TROPAS PARA SÃO PAULO?

Em face dos vários pedidos emergenciais de reserva para as tropas, o governo ansiava por aproveitar o material humano oferecido pelos interventores ao planejar alojá-los em tropas regulares e irregulares. Principalmente os Norte e Nordeste tiraram proveito da situação ao dispor tropas policiais e alguns voluntários. A negociata com Vargas perpassou sobre a condição financeira de ambos para patrocinar o embarque,

cuja dependência de transporte ligava-se aos navios da *Lloyd brasileiro*. Neste cenário o interventor do Piauí, tenente Landri Sales manteve conversações constantes com o governo provisório, definindo detalhes de que tropa e como enviar (HILTON, Op. cit.; NASCIMENTO, 1994).

Os interventores prometiam enormes tropas. Mas não infere dizer que os comandantes militares eram favoráveis a recebê-las. Segundo Stanley Hilton, as tropas estavam entre as várias reclamações levadas a Getúlio Vargas. Por exemplo, o coronel Daltro Filho endossou Góis Monteiro, ao solicitar tropas com aptidão para o combate causado pela ojeriza aos batalhões de polícia. Esse provavelmente foi o motivo para o envio das companhias do 25º BC, se bem que, mesmo em virtude da reclamação, os interventores não pararam de oferecer policiais ou mesmo batalhões patrióticos. Chegou a falar-se até mesmo em uma Divisão nordestina (HILTON, loc. cit). Logo, essa unidade não passou de planos em virtude dos poucos recursos financeiros do governo em meio a prioridades urgentes. Além disso, os interventores nordestinos estritamente reféns dos recursos federais, puseram-se do mesmo lado desta encruzilhada.

Afinal, ao evocarmos Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, podemos compreender o caso do Piauí durante o ano em questão, ao encaixe perfeito com o recorte do final do século XIX e a primeira metade do XX. Segundo a autora, o Piauí foi marcado por um período de diferenciação regional em detrimento a necessidade de integração econômica nacional de características liberais. O Piauí dependia exaustivamente de picos produtivos na pecuária e do extrativismo devido às demandas do mercado internacional e as condições de escoamento da produção (QUEIROZ, 2006, p. 31). Fora destas condições, o caos administrativo-econômico reina no Piauí. O envio das tropas podem representar esta tentativa de integração econômica a partir do viés militar, refletindo na disponibilidade dos governo do Estado a receber as verbas necessárias ao envio e viabilizá-las noutras obras, cuja demanda de verba federal também era necessária.

Outro ponto a ser salientado: o Piauí desde 1930 consistiu num “cadinho” de compostos políticos buliçosos. Situação similar às várias capitais por todo o Brasil. Os meandros das “jornadas revolucionárias” de outubro alicerçara Aliança Liberal à frente. A liderança do desembargador Vaz da Costa e mais alguns homens do 25º Batalhão de

Caçadores contornou os acontecimentos de 4 de outubro em Teresina em efeitos positivos para os revolucionários de 30. O governador João de Deus Pires Leal foi deposto e preso juntamente a alguns oficiais legalistas do 25º BC (NASCIMENTO, 1994, p. 60).

Contudo, o assalto ao poder não conseguiu arrefecer os ânimos. O interventor provisório Humberto de Arêa Leão tirado do poder em janeiro de 1931, novamente com atuação de Vaz da Costa. Ele permaneceu por 10 dias ocupando o cargo até a nomeação de Lemos Cunha por Getúlio Vargas. A situação representou um sério imbróglio ao governo provisório principalmente pela cisão ocorrida no clube 3 de outubro somado ao caos político foi um reflexo do caos militar. Por influência do movimento tenentista, a opção pelo tenente Landri Sales, representou a alternativa de Getúlio Vargas para estabilização política definitiva. No entanto, a tentativa de golpe deflagrada por soldados do 25º BC, cujo líder teria sido o cabo Amador representou outra crise. Foi contida 3 dias depois por uma companhia do 24º BC e outra cearense.

Vale ressaltar que este quadro foi rotineiro durante primeira metade da década de 30, em que as Forças Armadas sofreram uma crise hierárquica embaraçosa. José Murilo de Carvalho (2006) afirma que o Exército foi epicentro da tormenta influenciada pelo tenentismo. O movimento era visto como subversão da hierarquia militar, ou seja, oficiais de baixa patente e praças (graduados e soldados e oficiais não comissionados) a levantar-se com a ordem vigente que, mesmo por ser contestada pelo alto escalão, foram consentidas pelo Governo Provisório. Esse apoio gerava a ira de alguns oficiais de alta patente, porque subvertia a ordem nos batalhões, e consequentemente nos Estados. Por mais que as medidas severas punissem seriamente os detratores, invasões e rebeliões tornavam-se algo corriqueiro nos batalhões pelas anistias acometidas.

O 25º Batalhão de Caçadores era o único batalhão piauiense naquele período (DANTAS, 2018, p. 19). Comandado pelo tenente-coronel Luso Torres era composto por três companhias que chegava no máximo aos 500 homens. Sua localização é de proximidade com o palácio de Karnak. Para analisar a unidade, partimos da teoria pensada por Erving Goffman, as instituições totais; que segundo ele, são hermeticamente separadas da sociedade e formadoras de indivíduos, procurando modificar a estrutura do “eu” para formar outra nova personalidade. Ou seja, a

transfiguração do “eu civil” no “eu militar”. Processo este que passa por várias fases, segundo as quais o autor acredita que a segregação, a interferência no cotidiano dos soldados, a ausência de bens particulares fazem parte da “mortificação do eu” e adequação aos padrões estabelecidos pelos dirigentes das instituições (GOFFMAN, 1974).

Agora, levantaremos um questionamento caro ao andamento da pesquisa: quem foi e, em quais condições sociais os soldados piauienses possuíam anteriormente aos combates em São Paulo? Responderemos ao questionamento ao problematizar o estudo realizado por Stanley Hilton, na qual os soldados oriundos do Nordeste, em sua grande maioria seriam sertanejos que fugidos da grande seca. Não pretendemos contradizer a tese. No entanto, não seria o motivo principal. Vale a pena frisar que o material humano do Exército no Piauí compõe-se vultuosamente de homens sertanejos dos mais variados municípios piauienses e maranhenses, devido à proximidade de Teresina havia homens de algumas cidades como Campo Maior, Oeiras, Altos, Jaicós, Flores (hoje Timon, Caxias, Codó, Parnarama entre outras.

Aliás, os soldados na sua grande maioria não eram tão jovens, alguns até mesmo de meia idade. Corroboramos com o que destacou José Murilo de Carvalho, quando sintetiza Estevão Leitão de Carvalho, que entre os motivos, estariam os inaptos para o trabalho, pessoas desempregadas da cidade (CARVALHO *apud* CARVALHO, 2006) São compostos essencialmente de homens negros e de baixa renda, cujos serviços do exército do exército, vertidos à 26ª Circunscrição de Recrutamento, e logo após destinados ao contingente de tropa regular. Estes homens constituíam a base do 25º BC. Ao longo de muitos anos, estes homens integravam a um serviço militar porque muitas vezes poderia ser a saída para a sobrevivência quando não havia outros modos.

Por fim, acreditamos que o envio de homens para São Paulo possa perpassar por duas motivações: 1) tentativa de integração à política econômica nacional pela guerra, 2) uma demonstração de controle político em meio ao processo revolucionário de 1930, com o envio de tropas para conter as rebeliões em São Paulo.

A TROPA DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES NO EXÉRCITO DO LESTE

No dia 6 as tropas saem do Piauí as companhias chegaram a São Luiz do Maranhão pela estrada de ferro que liga ao município de Flores, para desembarcar no dia 8

o trem em que viajou a tropa do 25º Batalhão de Caçadores partiu de Senador Furtado às 19 horas do dia 6. Assistiram ao embarque, na capital piauiense, o interventor tenente Landry Salles, as altas autoridades daquele Estado e grande massa popular (A CHEGADA, 1932, p. 1).

O jornal *O imparcial* realiza a cobertura da chegada da tropa do 25º BC, tanto que num artigo o autor cobre de adjetivos o contingente piauiense entre os quais, a palavra “garbosa” aparece comumente. De São Luiz, a tropa embarcou às 13 horas para o Rio de Janeiro, a bordo do navio da frota do *Lloyd Brasileiro*, “Commandante Ripper”. A matéria evidenciou o consenso popular ao envio de tropas contra os revoltosos. Os piauienses embarcaram com tropas do 26º Batalhão de Caçadores de Belém do Pará e a batalhão de Polícia do Rio Grande do Norte – por mais que Góis e Daltro Filho repudiassem esse tipo de força militar, por considerar de baixa combatividade. Ainda é exposta a estrutura da expedição piauiense composta de 3 companhias: a 1.ª Cia., sob comando do 2º tenente João Martins de Moraes, a 2.ª pelo 1º tenente Francisco de Assis de Souza e a Cia. de Metralhadoras Mista sob comando do 1º tenente Agenor Monte. Além disso, descreve os comandantes de pelotão e sargentos da tropa: tenentes comissionados Benedicto Carlos de Azevedo, Bruno Jansen Nogueira de Mello, Waldemar Soares da Rocha, Alpheu Rodrigues de Alencar, Antônio Madeira Campos, Carlos Augusto Frazão, Antônio Teixeira da Silva, Ranulpho Correia e Manoel Ferreira da Costa. O serviço de saúde ficou a cargo do 1º tenente médico Dr. Álvaro de Sousa Gomes e o 2º tenente Galileu Saldanha de Menezes. A intendência ficou a cargo do 2º tenente-contador João Hollanda e a Tesouraria a cargo do 1º tenente contador José Pereira de Sena. O quadro efetivo gira em torno de 43 oficiais e 441 praças, juntamente a 25 montarias (A CHEGADA, loc. cit).



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/51060>

A tropa desembarcou no Rio de Janeiro no dia 18 de agosto (MAIS..., 1932). A imagem acima transparece algumas características da tropa. Nosso arcabouço teórico parte das análises de Ana Maria Mauad (2008, p. 22-23), das imagens como testemunho histórico, como também na “lupa invertida” proposta por Carlo Ginzburg (2014, p. 13). A revista *O careta*, que dispõe da imagem acima, possui outra série de imagens sobre tropas e charges. Não há nenhum comentário, ou mesmo informação sobre a foto. No entanto, podemos problematizá-la.

Ao que alguns traços indicam, essa é uma foto montada. Mas, podemos notar a simplicidade e o aspecto físico dos homens, tísico e, em sua grande maioria eram negros. Na foto, todos são praças, salvo os dois homens no primeiro plano da imagem em ambos os cantos da imagem. Estes dois são os únicos que possuem borzeguins de cano longo, e mantem característicos de oficiais. Afirmamos isto em detrimento ao aspecto da vestimenta e pelos aparatos de combate como a capa de chuva e a manta em volta do corpo dos soldados sem botas de cano logo, com chapéus de campanha e os fuzis M908 com as portas carregadores e cantis. Esta foto deve ter sido tirada anteriormente ao embarque de tropas para o *front* do Vale da Paraíba dado a quantidade de tropas em que estão juntamente com eles e também os trens de carga atrás, o

transporte destas tropas. Não podemos precisar a data do embarque, mas podemos afirmar que a tropa pode ter passado um tempo de preparação na Vila Militar para logo serem direcionados a cidade de Lorena.

Como o 25º BC estivera com tropas fora e também com o comandante fora do Piauí, era preciso informar a quem ficou ao quartel, o registro das ações militares da unidade ao longo da campanha, até mesmo para efeitos de informação sobre as tropas, sobre as baixas e óbitos que viessem a acontecer. Não sabemos ao certo como foi o primeiro contato entre as tropas, e de que forma aconteceu esse contato. O momento em que as tropas foram inseridas, segundo Stanley Hilton, foi o momento *blitzkrieg* da campanha. O que pretendemos dizer com isso, é que durante aquele momento, o dispositivo de defesa dos paulistas encontrava-se comprometido, embora possa ter havido em alguns momentos do combate certa morosidade (HILTON, 1982).

As primeiras ações militares aconteceram na cidade de Lorena. Os avanços sob a cidade foram morosos e bastante estanques. A resistência neste primeiro momento foi um pouco mais acentuada, mas não paravam a progressão por qualquer dificuldade que houvesse. No dia 13 de setembro foram passados para o comando do então major Euclides Zenóbio da Costa, o subdestacamento ao quais os elementos do 25º BC estavam logrados, avançou sobre Guaratinguetá logo após marchas de 16 quilômetros da Fazenda Boa Esperança (PIAUI, 1932, p. 70/3).

As baixas obtidas nessa parte da campanha foram remetidas ao hospital na cidade de Pinheiros. Os itinerários de combate dispostos informam os ataques, que unidade atacou e de que forma atacou. No entanto, como os relatos são provenientes dos comandos das Cias., os tenentes são os principais relatores das ações, que são repassados ao comando do Destacamento, que repassa o comando do Exército do Leste para logo após serem reproduzidos no *BI*. Lá as informações detalham desde a morosidade a alta velocidade da campanha em alguns pontos. Mas, ao momento em que a tropa piauiense entra em combate, o sistema paulista de material bélico começava a dar as primeiras mostras de falha, porque estava deixando a tropa sem munição, a única saída possível para não ser pego como prisioneiro era recuar.

A 1ª Cia., no dia 3 de setembro realizou uma patrulha ao longo da linha próximo da Fazenda Santa Cruz, onde conseguiu apreender um material de combate. Na íntegra, o informe afirma que

O sr. 2.º ten. com. João Martins de Moraes, Comandante da 1.ª Cia., comunicou em parte de 4 corrente que, pelo 1.º Pelotão da mesma Cia. sob o comando do 2.º tenente comissionado Alfeu Rodrigues de Alencar, foram apreendidos, no dia 3, dos revoltosos, uma metralhadora pesada 'Hotchkiss', 2 reparos para a metralhadora, 10 granadas de mão, 1 fita para metralhadora e quatro fuzis do modelo 1908, dando-se a referida apreensão do outro lado do Rio Paraíba, na direção do morro Coroadó, sendo esse material recolhido ao P/C do Sr. Coronel Dutra, de ordem do mesmo, a fim de ser arrolado e ter destino conveniente; foi ainda apreendida certa quantidade de munição que está sendo utilizada pela tropa. Pelo referido oficial foi constatada a existência no local de diversos cadáveres, inclusive de oficiais, todos das forças rebeldes, não sendo possível proceder ao enterramento dos mesmos, por se achar então de baixo do fogo inimigo (PIAUÍ, 1932, p. 685).

A citação foi longa, mas foi elucidadora. O tenente João Martins, ao que confere sua posição como chefe da companhia, relata a ação do 2º tenente Alfeu Rodrigues. Esses relatos são bem comuns para a hierarquia militar, tendo em vista o fator informativo com que os militares trabalham sobre as campanhas. Ainda mais, como falamos anteriormente, as necessidades de material bélico não eram um problema somente recorrente da tropa constitucionalista justamente no trecho quando ele afirma que além de ter apreendido o material devolvendo uma parte dele para o Posto de Comando do então coronel Eurico Gaspar Dutra, e mantendo a munição restante para a tropa. O relato dos cadáveres encontrados na posição também preenchem-se de uma significação circunstancial. Muitas vezes as circunstâncias de combate não permitem que haja enterros. Somente, com o avançar da tropa os homens da retaguarda ficariam responsáveis por conduzir estes corpos às valas e retirar sua identificação.

Os avanços continuaram. Ainda no dia 3 os piauienses chegaram à altura da Fazenda Boa Vista, para integrar ao destacamento liderado pelo major Euclides Zenóbio da Costa em substituição à 8ª Cia do 3º RI. Os *BI's* relatam também as baixas em cada fase dos avanços empreendidos. Para logo após dirigir-se a localidade de Cafezal onde encontrou tiro cerrado por até 23 horas. Desse ataque só obtiveram uma morte, o soldado Altino Costa. Nessa ação, machucou-se o 2º tenente Bruno Jansen, os soldados

Anísio Gonçalves da Costa, Benedito Marques e João José dos Prazeres (PIAUÍ, 1932, p. 687-688).

Durante alguns dias, estiveram a tropa sob os cuidados do major Zenóbio da Costa empreendendo avanços sob a cidade de Pinheiros até os arredores da zona Oeste da cidade, quando a tropa é desmobilizada e passa para o comando direto do coronel Daltro Filho. No dia 12, o coronel designa a tropa para a localidade de Cruzeiro passando por “Capela Jacú”.

A tropa nesse período ganhou alguns dias de descanso. Dessa forma, alguns excessos foram permitidos em detrimento a tensão que permeia o *front*, alguns aproveitam para beber. Mas, o coronel Daltro Filho havia sido rigidamente categórico em proibir qualquer contato da tropa com os civis (HILTON, 1982; PIAUÍ, 1932, p. 694). Mesmo assim, alguns desrespeitavam como o caso de um soldado embriagou-se e pegou uma montaria do oficial ao qual estava subordinado tratando-o desrespeitosamente. No mesmo dia, o 3º sargento n. 814 foi pego passeando pela cidade, quando havia sido terminantemente proibido que os praças perambulassem pela cidade (PIAUÍ, 1932, p. 690). Desse modo, percebendo a quantidade de baixas após chegarem a Cidade de Queluz, o comando decidiu por retornar a cidade de Lorena para reestabelecer-se e acantonar.

Mas, ao avançarem por Lorena, a 3ª Cia do batalhão presenciou uma batalha até o momento inédita. À guisa da representação, o comandante da Cia. afirma que

A dois quilômetros de marcha, fomos batidos por tiros de artilharia dos rebeldes que nos obrigaram a deixar o leito das estradas e nos abrigar nas [...] valas marginais. Após entendimento com Cmt. Do Sub-Destacamento, do qual fazíamos parte como elemento de vanguarda junto com o 1/3º R/I, ficou por ele deliberado que deveríamos atacar o inimigo pelo flanco esquerdo, ficando esta Cia. sob seu comando imediato. Diante disto, ordenei a minha Cia. que tomasse formação por grupos juxtapostos, e, neste dispositivo, progredimos cerca de dois quilômetros debaixo de fogo da artilharia e da infantaria.

Na estação de Canas, fomos alvejados intensamente pelo *trem blindado*, que não tendo mais munição de artilharia, atirou contra nós de *metralhadora*, sem causar baixas. (PIAUÍ, 1932, p. 711. Grifo nosso)

E neste momento, além de ter passado por esse momento de tensão extrema, ao depararem-se com a máquina de guerra em seu ato mais devastador, o desfecho foi favorável aos piauienses:

Depois de ter colocado a minha Cia. em posição, fomos surpreendidos por um caminhão que seguia em direção a Guaratinguetá. O meu ordenança desconfiado do referido caminhão, chamou-me e eu e o sargento Amaral seguimos na direção do referido caminhão, fazendo-o para aprisionar todo o seu pessoal que era constituído de um oficial da Liga de Defesa Paulista, um cabo, um *chauffeur*, três voluntários e um paisano. (PIAUI, 1932, p. 711)

O comandante continua tecendo elogios a tropa, sua bravura e coragem. Mas, vale ressaltar questões importantíssimas aqui. Primeiramente, compreender que essa guerra não foi preenchida somente por tropas de infantaria. O trem de guerra, a aviação e alguns raros carros de combate foram utilizados. Claro, não massivamente pelos paulistas, que não dispunham de tantos recursos como o Governo Provisório. Contudo, os piauienses também viram-se de cara com situações extremas como essa, sem falar que, em todo os *BI's* lidos, esse o único relato de uma prisão em todos os detalhes, já que as outras apreensões não são relatadas. Outro ponto, que ainda continua sem explicação é o trato com os prisioneiros de guerra. Essas questões, ficam para outro momento.

Ao que tudo indica, a tropa piauiense realizou seus primeiros movimentos sem receber material necessário para empreender a ofensiva. Afinal, vale a pena ressaltar que não seria algo tão estranho de ter visto. Afinal, Frank McCann afirma a situação complicada em que os Governo Provisório estivera incluso. No dia 22 de setembro, relata-se a uma grande quantidade de materiais recebidos pelo comando através da Diretoria de Material Bélico do Exército. Entre eles, podemos citar que há uma quantidade considerável de armamentos: 424 fuzis *Mauser* modelo 1908, 27 fuzis-metralhadora *Hotchkiss* – são conhecidos como os fuzis portáteis, sem necessidade de tripé para apoiá-los – e, três metralhadoras *Hotchkiss* pesadas – com tripé, 20 revólveres H. O. calibre 38, 24.000 cartuchos para a *Mauser* e entre outros artigos (Cf. PIAUI, 1932, p. 699). Ou seja, uma grande quantidade de munições e mantimentos foram entregues durante a campanha. Os soldados foram para combate com o que conseguiram trazer do Piauí durante a viagem.

Ao receberem estas armas em Lorena, o batalhão foi solicitado para a linha entre o Morro do Coração e a Fazenda Lucrecia. Integrando ao sub-destacamento do Major Ademar no dia 25, o batalhão dá início a movimentação pela linha onde houveram pelo menos alguns contatos com o inimigo. A questão agora mais valia pela limpeza dessas localidades até quando foi ordenada mais outra retirada das tropas. No dia 5 de outubro, a tropa chegou a cidade de Poá pela Estrada de Ferro (PIAÚÍ, 1932, p. 721).

No acantonamento em Poá, chegou ao fim a utilização das tropas do 25º Batalhão de Caçadores com as referências elogiosas ao qual cabia dirigir para a volta. No dia 5 de novembro, os elementos do Pará, juntamente aos piauienses embarcaram no vapor Itahité, com destino a São Luís do Maranhão. Cada unidade tomando sua respectiva caminhada de volta, os piauienses embarcaram no trem para Teresina no dia 9 de novembro para chegar a Flores, onde, marchando, chegariam a capital teresinense para a sede da guarnição.

CONCLUSÃO

Ao fim de tudo, não houve tão grande repercussão do retorno das tropas piauienses nos periódicos piauiense, a não ser algumas breves menções. Acreditamos que, o clímax para a guerra chegou a um momento que todos sabiam a que ponto chegaria com a quantidade de avanços empreendidos pela tropa legalista. Por fim, o comandante escreve para o Boletim do dia 9, uma menção elogiosa aos bravos piauienses que voltaram da guerra. Ele afirma

Regressando hoje, à querida terra piauiense da qual se achava ausentada 5 longos meses contra os rebeldes paulistas, o valoroso 25^a B. C. tem a maior razão de se manifestar contente ao integrar-se novamente, no seio da terra amada.

Dias amargos, de dolorosas apreensões foram, certamente passados *nos inhóspitos rincões paulistas, sobre a metralha inimiga*; mas esse tormento passou e o batalhão volta ao terrão do berço coberto de louros pelo modo digno que se houve, tendo a consciência (sic) tranquila de que cumpriu fielmente o seu dever militar, com coragem e devotamento, como bem disse o boletim de despedida, o meu ilustre antecessor.

O dia hoje é uma antítese dos dias tenebrosos da guerra; tudo hoje, são alegrias, sorrisos e expansões da mais pura satisfação para os corações

da brava tropa piauiense, a que bem um atestado positivo dos meus sentimentos altruísticos. Há (sic), por sentir o mesmo sentimento dos meus dignos comandados, aplaudo-os calorosamente. [...] (PIAUÍ, 1932, p.)

Por fim, precisamos ressaltar o quanto ainda há para abordar sobre o tema. Nosso recorte pretendeu responder questões relacionadas ao envio desses soldados. Mas, por outro lado, ainda faltam responder perguntas sobre as condições de sobrevivência após o retorno desses soldados e se foram amparados pelas autoridades políticas do tanto do Piauí, quanto do governo Federal. Mas, podemos afirmar aqui que mesmo por ter sido uma campanha curta, do ponto de vista do tempo e da quantidade de combates, os piauienses, há pouca informação sobre o retorno dos ex-combatentes. Isto é, há ainda um grande percurso para pesquisas militares no Piauí. Principalmente para pesquisas em relação a campanhas como estas.

REFERÊNCIAS

Jornais, Boletins e outros documentos

A CHEGADA do 25º Batalhão de Caçadores. *O imparcial*, Maranhão, p.1, 8 ago. 1932. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/5053>.

PIAUÍ. *Boletins Internos do 25º de julho a outubro de 1932*. Teresina, Arquivo do 25º BC.

MAIS tropas do norte que vêm tomar parte nas operações militares. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, 18 ago. 1932. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/12906>.

Livros e Artigos

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

DANTAS, Wanderson Ramonn Pimentel. *“Piauiense, sentido! A voz da pátria se fez ouvir!”: adestramento e mobilização de soldados para o 25º Batalhão de Caçadores*

durante a Segunda Guerra Mundial. Monografia. Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Teresina, 2018. 91p.

DALTRO FILHO, Manuel de Cerqueira. In:

HILTON, Stanley E. *A Guerra civil brasileira: História da Revolução Constitucionalista de 1932*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 30 no Piauí (1928-1934)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. Trad. de Claudia Storino, *Revista Musas*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 6-10, 2009.

PONTES, José Alfredo Vidigal. *1932, o Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático*. São Paulo: Terceiro Nome, O Estado de São Paulo, 2004.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: História, memória e política*. Lisboa, Unipop, 2012.